Revista Espaço do Currículo
ISSN 1983-1579
Doi: 10.15687/rec
http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php

10.15687/rec.vXXiXX.XXXX
DEMANDA CONTÍNUA

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL: PRODUÇÕES NO PERÍODO 2020-2024

HIGH SCHOOL REFORM IN RIO GRANDE DO SUL'S STATE SCHOOL SYSTEM: ACADEMIC OUTPUT FROM 2020 TO 2024

LA REFORMA DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA EN LA RED ESTATAL DE RIO GRANDE DO SUL: PRODUCCIONES EN EL PERÍODO 2020-2024

Luís Gabriel Favaretto Matté[1] 0000-0002-4278-6908
Elisabete Zardo Búrigo[2] 0000-0003-1532-7586

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; favarettomatte@gmail.com
[2] Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; elisabete.burigo@ufrgs.br

RESUMO:

O artigo tem como objetivo mapear as produções científicas que abordam a implementação da Reforma do Ensino Médio, determinada pela Lei nº 13.415/2017, no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2020 a 2024. Como percurso metodológico, realizou-se uma revisão de literatura utilizando os termos "Reforma do Ensino Médio" e "Rio Grande do Sul" em bases de dados acadêmicas, obtendo 246 resultados. Após critérios de inclusão, foram selecionados dezesseis trabalhos entre dissertações, teses e artigos científicos. Os resultados revelaram que a implementação foi conduzida de forma autoritária, com limitada participação da comunidade escolar e em desacordo com o discurso oficial de protagonismo juvenil. Além disso, destacaram-se críticas à flexibilização curricular, considerada utilitarista e direcionada ao mercado de trabalho, e à ausência de recursos adequados para a execução das mudanças. Conclui-se que mudanças curriculares exigem maior diálogo com a comunidade escolar e melhores condições para sua efetivação.

Palavras-chave: reforma do ensino médio; Rio Grande do Sul; itinerários formativos; currículo.

ABSTRACT:

This article aims to map academic output addressing the High School Reform implementation, established by Law No. 13,415/17, in the state of Rio Grande do Sul, from 2020 to 2024. As a methodological pathway, a literature review using the search terms "High School Reform" and "Rio Grande do Sul" was conducted in academic databases, obtaining 246 results. After applying inclusion criteria, sixteen works were selected, including dissertations, theses, and scientific articles. Results revealed that the implementation was conducted in an authoritarian manner, with limited participation from the school community, contradicting the official discourse of youth protagonism. Furthermore, criticism regarding curriculum flexibilization stood out, considering it utilitarian and oriented toward the labor market, as well as to the lack of adequate resources to execute the changes. The conclusion is that curricular changes demand increased dialogue with the school community and improved conditions for their effective implementation.

Keywords: high school reform; Rio Grande do Sul; formative tracks; curriculum.

RESUMEN:

El artículo tiene como objetivo mapear las producciones científicas sobre la implementación de la reforma de la educación secundaria, determinada por la Ley nº 13.415/17, en el estado de Rio Grande do Sul, entre 2020 y 2024. A través de una revisión sistemática de la literatura, se encontraron 246 resultados en bases de datos académicas, seleccionándose 16 trabajos (tesis, disertaciones y artículos). Los resultados indican que la implementación se produjo de manera autoritaria, con una participación limitada de la comunidad escolar, contradiciendo el discurso oficial de protagonismo juvenil. Se han dirigido críticas a la flexibilización curricular, considerada utilitarista y enfocada al mercado laboral, además de la falta de recursos adecuados para viabilizar los cambios. Se concluye que los cambios curriculares deben ir acompañados de un mayor diálogo con la comunidad escolar y de mejores condiciones para su ejecución.

Palabras clave: reforma de la educación secundaria; Rio Grande do Sul; itinerarios formativos; currículo.

Introdução

Em 2016, em caráter de urgência, foi proposta a Reforma do Ensino Médio por meio da Medida Provisória nº 746/2016 (Brasil, 2016). Os motivos alegados para tal proposição baseavam-se: no diagnóstico de um descompasso entre os objetivos atribuídos ao Ensino Médio de formar sujeitos autônomos e capazes de intervir na realidade social, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e os jovens efetivamente formados por essa etapa de ensino; e na crítica à organização curricular vigente, caracterizada como extensa, superficial, fragmentada e excessivamente rígida (Brasil, 2016). Tais argumentos eram reforçados pelos indicadores educacionais inferiores aos esperados, especialmente os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Brasil, 2016).

Posteriormente, a Medida Provisória foi transformada na Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), por meio da qual o currículo do Ensino Médio no Brasil passou por um conjunto significativo de mudanças, amplamente divulgadas sob o argumento da superação de um modelo considerado rígido e pouco atrativo para os jovens. A chamada Reforma do Ensino Médio, então, foi apresentada como uma proposta de flexibilização curricular orientada pela ampliação das possibilidades de escolha dos estudantes e pela reorganização dos currículos em formação geral básica e itinerários formativos.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, essas mudanças passaram a orientar as redes de ensino em todo o país. No estado do Rio Grande do Sul, o processo de recontextualização da Reforma materializou-se na elaboração do Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio (RCGEM), homologado em 2021, e na implementação progressiva do novo modelo, denominado Ensino Médio Gaúcho, a partir de experiências piloto iniciadas em 2020 e ampliadas para toda a rede estadual entre 2022 e 2024.

Entretanto, desde o início de sua implementação, a Reforma do Ensino Médio tem sido alvo de intensos debates acadêmicos, políticos e pedagógicos. Estudos passaram a problematizar seus fundamentos, seus processos de implementação e seus efeitos sobre o currículo, o trabalho docente e a formação dos estudantes. Esse conjunto de produções revela que a Reforma não se configura como um fenômeno homogêneo, mas como um processo marcado por disputas de sentidos, por tensões entre currículo prescrito e praticado e por profundas desigualdades entre contextos educacionais.

Em resposta às críticas e aos desafios identificados durante a implementação da Reforma do Ensino Médio, o Ministério da Educação promoveu em 2023 uma Consulta Pública com o objetivo de avaliar as mudanças introduzidas pela Reforma e promover ajustes necessários. Nesse sentido, devido a pressões sociais e políticas, foi sancionada a Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024), que estabeleceu a Política Nacional de Ensino Médio e revogou parcialmente a Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), sendo implementada nas redes de ensino do país a partir de 2025. Entre as determinações da nova lei, destacam-se a ampliação da carga horária da formação geral básica, que era uma das demandas de professores e estudantes, e a regulamentação dos itinerários formativos a fim de garantir que todas as escolas ofereçam, no mínimo, duas opções para os estudantes.

Nesse contexto, considerando a dinamicidade das produções científicas e o caráter recente e ainda em curso da implementação da Reforma do Ensino Médio, torna-se pertinente realizar estudos de revisão que sistematizem e analisem criticamente o que vem sendo produzido sobre essa política educacional. Revisões de literatura são importantes porque permitem: compreender o estado da arte de determinado campo de investigação; identificar convergências e divergências analíticas; e evidenciar aspectos ainda pouco explorados que demandam aprofundamento em pesquisas futuras.

Assim, a atualização e a organização da produção do conhecimento, estruturadas na forma de uma revisão sistemática da literatura, constituem um esforço de síntese e problematização das pesquisas existentes, possibilitando ampliar o diálogo com a literatura da área e contribuir para a construção de novos entendimentos sobre a política em análise. Embora se reconheça que toda varredura bibliográfica apresenta limitações, especialmente diante da diversidade de abordagens e contextos investigados, entende-se que esse movimento é fundamental para oferecer um panorama consistente das interpretações produzidas no campo acadêmico.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo mapear e analisar as produções científicas que abordam a implementação da Reforma do Ensino Médio no estado do Rio Grande do Sul no período de 2020 a 2024, buscando identificar os principais temas, resultados e desafios evidenciados pela literatura. A partir desse mapeamento, pretende-se contribuir para a orientação de investigações futuras e para o aprofundamento do debate crítico sobre os rumos da política curricular do Ensino Médio no Rio Grande do Sul. A questão que orienta este estudo é: "quais desafios e resultados têm sido reportados pela literatura sobre a implementação da Reforma do Ensino Médio, determinada pela Lei nº 13.415/2017, no Rio Grande do Sul?".

Referencial Teórico

Sabe-se que a temática dos currículos escolares é objeto de discussão há certo tempo. Sacristán (2000, p. 104) afirma que "em todo sistema educativo, como consequência de regulações inexoráveis às quais está submetido, levando em conta sua significação social, existe algum tipo de prescrição ou orientação do que deve ser seu conteúdo [...]". A essas orientações referentes ao sistema curricular, o autor denomina currículo prescrito.

De forma geral, Lopes e Macedo (2011, p. 19) caracterizam o currículo como "a ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizada por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo", ampliando a compreensão para além do caráter normativo e incluindo as experiências efetivamente organizadas no contexto escolar.

Em termos de documentos oficiais, é importante destacar a definição para currículo presente na Resolução CNE/CEB nº 3/2018, que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e estabeleceu a proposição de um currículo comum nacional no pós-Reforma:

> Art. 7º O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e socioemocionais (Brasil, 2018, p. 4).

Nesse contexto, Silva e Hypólito (2022) argumentam que a definição de um currículo nacional implica um direcionamento para o trabalho dos professores, pois estabelece uma cultura de controle e impõe novas responsabilidades, tarefas e atividades. Isso abrange não

apenas as metodologias, o planejamento e a execução das práticas pedagógicas, mas também o processo de formação dos educadores.

Essa perspectiva encontra respaldo em Sacristán (2013), que argumenta que o currículo, desde suas origens, funciona como uma ferramenta reguladora do conteúdo e das práticas nos processos de ensino e aprendizagem. Ele se apresenta como um instrumento capaz de organizar a escolarização, a vida nas instituições educacionais e as práticas pedagógicas ao estabelecer, transmitir e impor regras e normas que se tornam determinantes para o processo educacional.

Entretanto, entendemos que a concepção de currículo vai além desse caráter prescritivo apresentado nos documentos normativos, com o enunciado das competências e habilidades esperadas para os estudantes em determinada série escolar. Como aponta Silva (2015, p. 370), além da dimensão prescritiva, a palavra currículo também reflete as práticas efetivas e as ações que tornam possível o processo formativo no ambiente escolar, um processo que nem sempre se limita ao que está formalmente estabelecido.

Desta forma, entende-se que o professor transforma o conteúdo do currículo na prática em sala de aula mesmo que, muitas vezes, não escolha conscientemente como desenvolver o seu trabalho. Sacristán (2000, p. 168) aponta que "a margem de autonomia que o sistema educativo e curricular deixa nas mãos dos professores é o campo no qual eles desenvolverão sua profissionalização. [...] A autonomia sempre existe, mas suas fronteiras também". Nesse sentido, o autor evidencia a influência exterior na definição do currículo pelos professores, seja por meio de referenciais curriculares, livros didáticos ou provas externas, por exemplo.

Dessa forma, concordamos com Sacristán (2000) ao afirmar que o currículo emerge como um elemento que se desenvolve durante as etapas de planejamento, implementação, realização e avaliação das práticas pedagógicas, sendo moldado pelas múltiplas interações que ocorrem nesse processo.

No contexto da Reforma do Ensino Médio, diversos pesquisadores têm problematizado os fundamentos que sustentam essa política curricular. Estudos de Motta e Frigotto (2017), Ramos e Frigotto (2017) e Silva (2018) apontam que as alterações promovidas pela Lei nº 13.415/2017 suscitam questões acerca dos objetivos da educação pública e dos projetos de formação voltados à juventude. Apesar de a reforma ter sido apresentada como uma maneira de tornar essa etapa da educação mais flexível, atrativa e em sintonia com as demandas contemporâneas, os autores argumentam que a estrutura curricular impõe uma lógica voltada ao desenvolvimento de competências e à aproximação da educação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, a flexibilização curricular e a estruturação em formação geral básica e em

itinerários formativos aparecem como estratégias que reconfiguram o currículo, pois diminuem o espaço para uma formação comum e integral dos estudantes.

Ainda segundo as pesquisas dos autores citados acima, a articulação entre a Base Nacional Comum Curricular, a reestruturação dos currículos e os sistemas de avaliação tende a reforçar a regulação e a padronização das práticas educativas. Além disso, o discurso sobre modernização e empregabilidade vincula-se a uma visão educacional que privilegia o desenvolvimento de competências vistas como indispensáveis ao mercado de trabalho, o que pode reforçar disparidades na educação e restringir o acesso dos alunos, em especial os da escola pública, a uma formação crítica. Nessa perspectiva, a Reforma do Ensino Médio vai além de uma mera reestruturação curricular: ela também configura um campo de disputas sobre as concepções de currículo, sobre a função social da escola e sobre os rumos da política educacional no Brasil.

Metodologia

Este estudo adotou o método de Revisão Sistemática da Literatura, que, segundo Sampaio e Mancini (2007), consiste em uma abordagem de pesquisa que se baseia na literatura existente sobre um tema específico. De acordo com as autoras, esse tipo de investigação proporciona um resumo das evidências associadas a uma estratégia de intervenção particular por meio da aplicação de métodos claros e sistematizados de busca, análise crítica e síntese das informações selecionadas.

Assim, esta pesquisa seguiu as etapas da revisão sistemática que Sampaio e Mancini (2007) consideram:

a) Definição da pergunta de pesquisa;
b) Identificação das bases de dados a serem pesquisadas, bem como as palavras-chave e as estratégias de busca;
c) Estabelecimento de critérios para a seleção dos artigos resultantes da busca inicial;
d) Análise da qualidade da literatura selecionada.

A pergunta de pesquisa que conduz este estudo é: *quais os desafios e resultados reportados pela literatura sobre a implementação da Reforma do Ensino Médio, determinada pela Lei nº 13.415/2017, no Rio Grande do Sul?*

Os termos utilizados para selecionar os trabalhos foram “Reforma do Ensino Médio *and* Rio Grande do Sul” ou “Lei nº 13.415/17 *and* Rio Grande do Sul”. Considerando que as escolas-piloto do estado do Rio Grande do Sul foram implementadas a partir de 2020, optamos por

delimitar a busca de publicações entre os anos de 2020 a 2024. Os bancos de dados utilizados para a busca e os números de resultados encontrados estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Fontes utilizadas na produção dos dados e número de resultados por fonte

Banco de Dados	Número de Resultados
Google Acadêmico	119
IBICT – OASIS BR	118
Redalyc	8
SciELO	1
Total	***246***

Fonte: Autoria própria.

A seleção das bases de dados levou em conta sua relevância e abrangência na área. Buscou-se contemplar tanto bases que oferecem uma cobertura extensa da literatura científica (Google Acadêmico) quanto repositórios que se dedicam à produção acadêmica brasileira (IBICT – OASIS BR) e bases que indexam periódicos científicos de alta qualidade na América Latina (Redalyc e SciELO), com o objetivo de aumentar a recuperação de estudos que se referem à implementação da Reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul.

A partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos 246 trabalhos encontrados nos bancos de dados citados, foram selecionados os estudos apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Número de resultados após a seleção de trabalhos

Tipo de Trabalho	Número de Resultados
Tese	4
Dissertação	8
Artigo de Periódico	4
Total	***16***

Fonte: Autoria própria.

Aplicamos como critério de escolha dos textos a serem analisados e sintetizados estudos que tiveram como foco a implementação da Reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul. Portanto, como mostra o Quadro 2, neste mapeamento analisamos um total de dezesseis produções.

Para a análise da qualidade dos estudos selecionados, foi feita uma leitura crítica das produções levando em conta a articulação entre os objetivos, os procedimentos metodológicos, as produções de dados, a fundamentação teórica e os resultados obtidos, além da relevância para responder à questão de pesquisa e cumprir o objetivo desta revisão. Após essa avaliação, verificou-se que os dezesseis estudos selecionados atendiam aos critérios estabelecidos.

Resultados

A partir do delineamento metodológico exposto, foram selecionados dezesseis trabalhos envolvendo a implementação da Reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul, que estão elencados no Quadro 3.

Quadro 3 – Trabalhos sobre a temática da implementação da Reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul no período 2020-2024

Título	Autoria	Ano	Universidade	Tipo
A Reforma do Ensino Médio e suas implicações para a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul e para a Educação Física nesse contexto: um estudo de caso.	Simone Santos Kuhn	2021	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Dissertação
Desafios e possibilidades para a implementação do Novo Ensino Médio em escolas públicas da região de Santa Maria/RS.	Liane Nair Much	2021	Universidade Federal de Santa Maria	Tese
Levantamento sobre o avanço do setor privado na oferta de educação profissional técnica de nível médio no estado do Rio Grande do Sul.	Mariângela Silveira Bairros, Patrícia Souza Marchand e Débora Brondani da Rocha	2021	Arquivos Analíticos de Políticas Educativas	Artigo
Autonomia e regulação da escola: uma análise a partir de escolas-piloto do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul.	Lilian Dalbem de Souza Feuerharmel	2022	Universidade de Santa Cruz do Sul	Dissertação
Não está calado quem peleia: debate sobre o ensino médio no Rio Grande do Sul.	Mateus Saraiva, Ângela Chagas e Maria Beatriz Luce	2022	Revista Retratos da Escola	Artigo
Políticas sobre o currículo do Novo Ensino Médio: desdobramentos e efeitos de um projeto piloto em uma Escola Estadual (RS).	Luciane Flores Homem	2022	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Dissertação
"Novo" Ensino Médio e trabalho pedagógico na rede estadual do Rio Grande do Sul: impactos na formação da força de trabalho no Brasil.	Ânthony Scapin Eichner	2023	Universidade Federal de Santa Maria	Dissertação
O Novo Ensino Médio numa escola piloto (2019-2022): análise na área de Ciências da Natureza.	Bianca Maria de Lima	2023	Universidade Federal do Pampa	Dissertação
"Velho" Novo Ensino Médio (NEM): contextos da Influência e da Produção do Texto da Política.	Pedro Ricardo Camargo da Rosa	2023	Universidade Federal do Pampa	Dissertação
Da Lei nº 13.415/2017 ao Referencial Curricular Gaúcho do Novo Ensino Médio: processos de recontextualização.	Junior Bufon Centenaro	2023	Universidade de Passo Fundo	Tese
O conhecimento escolar nas políticas curriculares para o ensino médio: o referencial curricular gaúcho em questão.	Shirley Sheila Cardoso	2023	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Tese

Fonte: Autoria própria.

Quadro 3 – Trabalhos sobre a temática da implementação da Reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul no período 2020-2024 (conclusão)

O Novo Ensino Médio e o Noturno: desafios em uma escola estadual periférica de Sant'Ana do Livramento/RS.	Zeneida Corrêa Rodrigues	2023	Universidade Federal do Pampa	Dissertação
Reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul e a superexploração da força de trabalho: a continuidade, apesar das aparências.	Ânthony Scapin Eichner, Marcos Britto Correa e Liliana Soares Ferreira	2023	Revista Diálogo Educacional	Artigo
A atuação dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio na Escola Tuiuti.	Geovana Rosa Affeldt	2024	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Dissertação
O poder de decisão da escola pública estadual do Rio Grande do Sul no campo da política educacional: análise a partir do "Novo" Ensino Médio.	Ângela Both Chagas	2024	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Tese
Processos de recontextualização do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul.	Éder da Silva Silveira	2024	Educação & Sociedade	Artigo

Fonte: Autoria própria.

Nesta seção, apresentaremos os resultados encontrados a partir da análise dos dezesseis trabalhos selecionados, que foi realizada inicialmente de forma individual e, posteriormente, de maneira conjunta. Ao longo desse processo, foi possível identificar aproximações e distanciamentos entre os resultados apresentados pelos estudos, os quais emergiram da própria revisão e passaram a orientar a discussão dos achados.

Kuhn (2021) aponta a falsa aparência de respaldo aos anseios de professores e estudantes, bem como de sua participação, durante o processo de implementação da Reforma do Ensino Médio, como vem sendo divulgado na mídia. Nesse sentido, os resultados de sua pesquisa apontam para a existência de uma espécie de simulação de participação da comunidade escolar nesse processo ao apresentar que os materiais utilizados para elaboração dos currículos das escolas-piloto são produzidos pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (Seduc-RS). Considerando os apontamentos acima, a autora cogita se a finalidade da Reforma seria o insucesso do Ensino Médio nas escolas públicas brasileiras, visto que o novo modelo de Ensino Médio tende a intensificar a predominância do ensino privado em relação ao público.

Bairros, Marchand e Rocha (2021) também destacam que há um movimento no Rio Grande do Sul para reduzir a rede pública estadual, enquanto se observa o fortalecimento das instituições privadas no setor público. Nesse cenário, os autores argumentam que a Reforma tende a aumentar a predominância do ensino privado em relação ao público, principalmente ao estabelecer o itinerário de formação profissional com um viés voltado para a preparação de mão-de-obra para as exigências do mercado de trabalho, apontando que isso facilita a inserção

do setor privado na rede pública por meio de parcerias com instituições ou pela contratação de profissionais com "notório saber".

Much (2021) analisa a implementação do Novo Ensino Médio em escolas-piloto e destaca três fatores que considera essenciais no contexto de reformas educacionais: tempo, recursos financeiros e condições de trabalho. A autora argumenta que a introdução de propostas vindas de instâncias superiores requer tempo para que os professores possam estudá-las, discuti-las e apropriá-las. Caso contrário, as tarefas prescritas podem ser realizadas em termos formais, mas talvez sem promover avanços significativos na aprendizagem. Quanto aos recursos financeiros, as escolas-piloto receberam verba federal, porém essa foi liberada tardiamente, o que gerou um acúmulo de tarefas e pressão para a compra de materiais. Sobre as condições de trabalho, aponta que grande parte dos professores enfrentaram uma jornada dupla ao conciliar a implementação do novo modelo com o desenvolvimento das demais atividades escolares; além disso, muitos docentes assumiram componentes curriculares sem a formação necessária, o que, na visão da autora, prejudicou a qualidade do ensino. A pesquisadora conclui o seu estudo enfatizando que o papel do professor é fundamental para a efetivação das mudanças educacionais, pois são os professores que conhecem o contexto das escolas e as adaptações necessárias à Reforma.

Feuerharmel (2022) analisa a articulação entre autonomia escolar e regulação educacional em sua investigação sobre as escolas-piloto do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul. A autora destaca que a ampliação de espaços de decisão para as instituições não significa, necessariamente, uma maior capacidade de autodeterminação diante das prescrições normativas e das práticas administrativas. A partir de análise documental e entrevistas com professoras e gestoras dessas escolas-piloto, Feuerharmel conclui que, especialmente no que concerne à flexibilização curricular e à organização de itinerários formativos, as alterações introduzidas pela Reforma situam-se num campo tensionado entre diretrizes mais amplas e mecanismos de regulação que, longe de liberarem completamente a escola, acabam por reconfigurar padrões de responsabilidade e controle sobre as decisões pedagógicas. Assim, a suposta autonomia pedagógica das escolas-piloto aparece condicionada tanto às normativas estaduais e federais quanto às exigências institucionais, o que resulta em uma forma de regulação que restringe possibilidades de escolha e direciona práticas educativas segundo critérios externos à cultura profissional docente.

Saraiva, Chagas e Luce (2022) discutem a Reforma destacando características como autoritarismo na implementação, desvalorização dos profissionais da educação e privatização

como estratégia para padronizar a educação. A pesquisa aponta a preocupação com o estreitamento curricular, que amplia as desigualdades educacionais, especialmente com a redução da carga horária de componentes curriculares para a inserção da parte flexível. Os autores destacam também que a ausência de um planejamento que permita a construção autônoma de um projeto político-pedagógico pode levar as escolas a se tornarem espaços de experiências malsucedidas. Eles concluem que o foco da Reforma é preparar os estudantes para o mercado de trabalho e limitar o acesso a outras possibilidades, como o Ensino Superior. Além disso, ressaltam o impacto da crescente concorrência entre o setor público e privado, pois o último oferece alternativas mais diversificadas que frequentemente atraem alunos das escolas públicas.

Homem (2022) realizou um estudo de caso em uma escola estadual do Rio Grande do Sul evidenciando os avanços proporcionados pelo projeto piloto, mas também expondo os problemas relacionados à adequação dos recursos e à resistência de alguns membros da comunidade escolar. Ao analisar o Relatório de Escuta sobre o Novo Ensino Médio, feito pela Seduc-RS, a autora destaca o desejo dos estudantes pela formação técnica e preparação para vestibulares e Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), além da possibilidade de sugerir componentes curriculares, algo que o Novo Ensino Médio não permite, já que as opções são limitadas às ofertadas pelas escolas. Em relação aos docentes, a autora aponta preocupações com a redução de componentes curriculares da formação geral básica e a relevância dada aos itinerários formativos, a desvantagem das escolas públicas em relação às privadas e as condições de trabalho. Além disso, a autora observa que a escola não tem autonomia para definir o conteúdo a ser ensinado, e muitos docentes não se sentem preparados para ministrar componentes que não se alinham com sua formação acadêmica inicial. O texto também discute o foco na preparação para o mercado de trabalho com a introdução de componentes voltados para esse objetivo.

Lima (2023) analisa a implementação da Reforma em uma escola-piloto da rede estadual de Bagé-RS e destaca o modelo de formação em cascata adotado pela Seduc-RS. Segundo a autora, esse modelo envolvia a convocação de um professor de cada escola para discutir a Reforma e disseminar o conteúdo aos demais docentes; todavia, na prática, o modelo não foi bem-sucedido, pois na escola analisada não houve uma discussão adequada com os demais professores. Além disso, Lima também explora as expectativas e percepções tanto dos professores quanto da gestão escolar sobre a organização curricular do Novo Ensino Médio e aponta problemas relacionados à precariedade da formação dos professores, à carga horária dos

componentes curriculares e à falta de qualificação para ministrar os novos componentes da matriz curricular. Em seu texto, conclui que a visão da maioria dos professores sobre o Novo Ensino Médio está associada à redução da carga horária da formação geral básica, à falta de preparação para as novas disciplinas e à preocupação com a contratação de professores com apenas "notório saber".

Eichner, Correa e Ferreira (2023) destacam que, no discurso oficial da Reforma do Ensino Médio, há uma grande ênfase na participação estudantil na elaboração dos itinerários formativos, mas, na prática, tanto no âmbito nacional quanto estadual, essa participação não se concretizou, e, portanto, não se possibilitou o protagonismo estudantil. Os autores também apontam que o empreendedorismo é apresentado como um horizonte para a inserção dos jovens no mercado de trabalho diante do desemprego e da precarização das relações de trabalho. Nessa perspectiva, a pesquisa destaca que o currículo do Novo Ensino Médio, especialmente no Rio Grande do Sul, incorpora determinados componentes, como Mundo do Trabalho, Iniciação Científica, Cultura e Tecnologias Digitais e Projeto de Vida. Esses componentes, obrigatórios nos itinerários, buscam formar os estudantes para o mercado de trabalho, mas também têm o objetivo de moldar comportamentos e relações com o conhecimento, preparando os jovens para se adaptarem às dinâmicas de empregabilidade e exploração da força de trabalho.

Rosa (2023), ao analisar a influência da política do Novo Ensino Médio, destaca que o modelo atual ainda reflete práticas do passado, particularmente o modelo profissionalizante de 1971, que foi considerado um erro devido à falta de infraestrutura e profissionais capacitados na época. O autor denomina o atual modelo de "velho" Novo Ensino Médio ao argumentar que a história se repete com as mesmas falhas estruturais. A pesquisa também critica o Novo Ensino Médio: de um lado, aponta que ele se fundamenta na pedagogia das competências, com um foco tecnicista, e no mercado de trabalho; de outro, destaca que ele visa principalmente aos filhos da classe trabalhadora, o que resulta na precarização e desvalorização da profissão docente. Além disso, ao considerar o novo modelo como neoliberal, o autor enfatiza que ao considerar-se a educação como uma mercadoria, os docentes podem ser culpabilizados pelo insucesso escolar dos estudantes. A pesquisa conclui a existência de resultados diversos referentes a implementação no Rio Grande do Sul: algumas escolas conseguiram realizar as mudanças, enquanto outras enfrentaram desafios, apontando para disparidades nos recursos disponibilizados e no amparo da Seduc-RS durante a implementação.

Os resultados da pesquisa de Cardoso (2023) indicam que o RCGEM adota uma abordagem tecnicista e utilitarista dos conteúdos curriculares, focada em habilidades e

competências voltadas para o mercado de trabalho em detrimento de uma formação voltada para a transformação social. Nesse sentido, a pesquisa da autora destaca também a precarização da formação e atuação dos professores, apontando que os itinerários formativos propostos pelo RCGEM desrespeitam e desqualificam os docentes. Isso fica evidente quando os professores sujeitos da pesquisa são indagados com relação à seleção dos conhecimentos escolares utilizados no planejamento de suas aulas: a ação principal adotada foi seguir a matriz de referência, elaborada pela Seduc-RS a partir do RCGEM, e adequar a carga horária, explicitando padronização curricular e pouco espaço para criação docente.

Em seu trabalho, Centenaro (2023) destaca que as orientações oficiais para a implementação do currículo estadual foram reinterpretadas pelos professores na construção do RCGEM a partir de sua cultura e seus saberes, o que se distanciou daquela identificada no discurso oficial nacional. Todavia, o autor afirma que a essência do Novo Ensino Médio foi mantida na proposta do Rio Grande do Sul, visto que permaneceu a mesma distribuição de carga horária em formação geral básica e tampouco foi resolvido o problema dos itinerários formativos. O autor conclui sua tese refletindo que não aconteceram deslocamentos de sentidos, mas, sim, adições de outros que, mesmo relevantes, não resultaram em modificações da ideia central do Novo Ensino Médio.

Eichner (2023) aponta que a Reforma do Ensino Médio busca direcionar a educação pública para uma formação voltada para o mercado de trabalho, ao invés de, por exemplo, proporcionar o acesso ao Ensino Superior para todos. Ao priorizarem a adequação dos currículos às necessidades do mercado, as reformas educacionais acabam excluindo as camadas mais pobres da sociedade, que dependem das escolas públicas, bem como o controle do uso de recursos públicos para a educação agrava ainda mais essa situação, aprofundando as desigualdades educacionais. No Rio Grande do Sul, a Reforma é caracterizada por uma adaptação curricular voltada para preparar os estudantes para o estágio atual da acumulação do capital no país, marcado pela superexploração da força de trabalho. A redução de componentes curriculares essenciais, como Artes e Filosofia, e a introdução de outros, como Mundo do Trabalho e Projeto de Vida, refletem uma tentativa de adequar a formação dos jovens às exigências do mercado, muitas vezes voltadas para setores precarizados da economia, como o desemprego e a informalidade. Para o autor, a ênfase a competências específicas e a padronização dos materiais pedagógicos revela um esforço para controlar o trabalho pedagógico e para moldá-lo conforme os interesses do capital, o que contribui para uma

educação que prepara os estudantes para um mercado de trabalho cada vez mais desigual e precarizado.

Rodrigues (2023) destaca o caráter autoritário da Reforma que, ao retirar a autonomia das escolas e não proporcionar melhorias na infraestrutura e nos recursos, desvaloriza os profissionais da educação e dificulta a adaptação do Ensino Médio às necessidades locais dos estudantes. A pesquisa indica ainda que a falta de um planejamento focado no apoio aos docentes nesse processo de implementação, especialmente referindo-se aos novos componentes curriculares, aprofunda as limitações da Reforma. Os participantes da pesquisa também destacam que, além da mudança curricular imposta, a Reforma não promove as adequações estruturais necessárias. Assim, a flexibilização da carga horária com a introdução de aulas remotas e assíncronas no ensino médio noturno é vista como prejudicial, pois resulta em dificuldades para os alunos acompanharem as atividades por meio de materiais impressos produzidos pelos professores. Esse modelo agrava ainda mais a formação geral dos estudantes, contribuindo para a precarização do Ensino Médio público no Rio Grande do Sul.

Silveira (2024) observa que, por um lado, o discurso oficial da Reforma busca atribuir um sentido de inovação, com ênfase na flexibilização e na escolha dos itinerários formativos; de outro lado, porém, muitos participantes da pesquisa expressaram críticas às mudanças, o que sugere que o conceito de inovação foi descontextualizado e sofreu interpretações divergentes na prática escolar. Ao mesmo tempo, também revela que a adaptação às novas diretrizes varia conforme os contextos locais de cada escola, afetando a forma de implementação da Reforma e os resultados obtidos. A pesquisa indica ainda que a implementação dos itinerários formativos nas escolas enfrenta incertezas sobre o que são e como deve ocorrer sua realização, assinalando para a atribuição de sentidos adicionais para essa mudança, o que pode resultar em uma adaptação parcial na prática.

A análise de Chagas (2024) indica um processo de privatização da educação pública, no qual instituições privadas e grandes empresas têm grande influência nas práticas pedagógicas e na formação dos profissionais da educação. O modelo de itinerários formativos padronizados é um exemplo dessa abordagem, que busca maior controle e segurança, mas ignora as particularidades das comunidades escolares e limita a autonomia pedagógica. Além disso, a pesquisa aponta o autoritarismo da Seduc-RS ao impor diretrizes para as escolas sem que haja espaço para construção coletiva, o que compromete a qualidade da educação. Soma-se a isso a precarização do trabalho docente, o que gera resistência dos professores nas escolas frente à Reforma.

Affeldt (2024) também discute o discurso da flexibilização curricular em contraste com o que realmente aconteceu na prática. Embora a Reforma tenha sido inicialmente projetada para oferecer maior autonomia às escolas, a prática revelou-se como uma pseudo-flexibilização, pois as escolas-piloto não puderam construir seus percursos formativos e as promessas de personalização e de protagonismo dos estudantes não se concretizaram. A autora destaca que a imposição de itinerários formativos sem considerar as realidades locais representa, na verdade, uma desvalorização das experiências vivenciadas nas escolas-piloto. Nesse sentido, a pesquisa conclui que o discurso de um Ensino Médio mais flexível e diversificado e voltado ao protagonismo juvenil se mostrou vazio, agravando as desigualdades entre as escolas públicas e privadas no estado e resultando em uma fragmentação ainda maior do ensino.

A análise dos estudos incluídos nesta revisão de literatura mostra tanto convergências quanto divergências, o que ajuda a identificar os temas mais comuns nas produções acadêmicas a respeito da implementação da Reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul, além de destacar as lacunas que ainda precisam ser preenchidas.

De modo geral, é possível perceber uma forte aproximação entre os trabalhos no que se refere à crítica ao caráter autoritário da implementação da Reforma no âmbito estadual. Kuhn (2021), Saraiva, Chagas e Luce (2022), Feuerharmel (2022), Rodrigues (2023) e Chagas (2024) apontam que o processo foi conduzido de forma autoritária pela Seduc-RS em contraste com o discurso oficial de participação da comunidade e protagonismo juvenil. Homem (2022), Eichner, Correa e Ferreira (2023) e Affeldt (2024) corroboram com essa afirmação ao indicarem que a flexibilização curricular proposta para os itinerários formativos e o protagonismo juvenil são, na verdade, discursos de legitimação da Reforma, uma vez que as escolhas dos percursos formativos foram condicionadas às possibilidades das escolas.

Além disso, os estudos apontam para a possibilidade de privatização da educação pública a partir do fortalecimento das instituições privadas no interior da rede estadual. Kuhn (2021), Bairros, Marchand e Rocha (2021), Saraiva, Chagas e Luce (2022), Rosa (2023), Cardoso (2023) e Chagas (2024) identificam que o novo modelo de Ensino Médio favorece a lógica neoliberal, ao ampliar as parcerias do setor público com agentes privados. Além disso, os autores apontam que a Reforma favorece uma visão tecnicista, utilitarista e mercantilista da educação, em detrimento de uma formação crítica e voltada à transformação social.

A centralidade da formação voltada para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo também aparece como um tema recorrente. Os trabalhos de Bairros, Marchand e Rocha (2021), Saraiva, Chagas e Luce (2022), Homem (2022), Eichner, Correa e

Ferreira (2023), Rosa (2023), Cardoso (2023) e Eichner (2023) convergem ao indicar que os itinerários formativos e os novos componentes presentes nas matrizes curriculares, como Mundo do Trabalho e Projeto de Vida, priorizam a formação dos estudantes voltada para o trabalho. Além disso, os autores entendem que a redução da carga horária da formação geral básica e a padronização curricular, que pode aprofundar desigualdades educacionais e limitar o acesso ao Ensino Superior por estudantes da rede pública, também tem o objetivo de preparação de mão-de-obra para atender às demandas do mercado de trabalho.

Também é amplamente compartilhada a crítica à precarização do trabalho docente. Much (2021), Lima (2023), Homem (2022), Cardoso (2023), Rodrigues (2023) e Chagas (2024) destacam problemas relacionados à falta de formação adequada para os novos componentes curriculares, à sobrecarga de trabalho, à ausência de tempo institucionalizado para estudo e planejamento, bem como à desvalorização profissional. Além disso, vários estudos apontam a perda de autonomia docente, a partir da padronização dos materiais e pela obrigatoriedade de seguir as matrizes curriculares elaboradas pela Seduc-RS.

Apesar dessas aproximações, algumas divergências são identificadas, principalmente na avaliação dos efeitos da implementação nas escolas. Homem (2022) e Rosa (2023) entendem que houve alguns avanços ou resultados diversos, indicando que algumas escolas conseguiram implementar a Reforma de maneira mais bem-sucedida, ao passo que outras enfrentaram obstáculos, devido às desigualdades na disponibilidade de recursos e nas condições de suporte oferecidas pela Seduc-RS. Silveira (2024) também destaca que há variações na maneira como a Reforma é interpretada e colocada em prática em diferentes contextos escolares, resultando na adição de novos sentidos na prática, ainda que esses não modifiquem de forma significativa a ideia central do Novo Ensino Médio, conforme observa Centenaro (2023).

Quanto aos temas predominantes, destacam-se: o autoritarismo na implementação; a ilusória flexibilização curricular; a privatização da educação pública; a ênfase na formação orientada para o mercado de trabalho; a padronização curricular; a precarização e o controle do trabalho docente; e a discrepância entre o discurso oficial da Reforma e sua implementação nas escolas.

As aproximações identificadas dialogam com Motta e Frigotto (2017), Ramos e Frigotto (2017) e Silva (2018), pois as mudanças que a Lei nº 13.415/2017 impõe vão além da reestruturação da organização curricular e revelam disputas em torno dos propósitos da educação pública e da formação da juventude. Portanto, os achados dos estudos analisados sustentam as críticas à flexibilização curricular, à organização do currículo por competências e

à crescente aproximação entre educação e mercado de trabalho. Assim também, a diminuição da carga horária destinada à formação geral básica, a valorização das disciplinas focadas na empregabilidade e no empreendedorismo e a centralidade atribuída aos itinerários formativos refletem tendências já identificadas pela literatura.

Da mesma forma, os achados desta revisão corroboram as análises desses autores quanto ao fortalecimento de mecanismos de regulação das políticas curriculares e à redução da autonomia das escolas e dos professores. A repetição de temas específicos, como a padronização do currículo, o controle do trabalho dos professores, a restrição da participação da comunidade escolar e a interferência de instituições privadas na implementação da Reforma, mostra que essas características não são exclusivas do Rio Grande do Sul, mas fazem parte de um movimento mais amplo de reestruturação das políticas educacionais no Brasil. Dessa forma, os estudos revisados apontam que as particularidades do estado dialogam com as discussões nacionais sobre o currículo e a função da escola pública, ajudando a entender como uma política criada em nível federal é adotada e concretizada em diversos contextos locais.

Em relação às opções metodológicas, observa-se que a maioria das pesquisas são de natureza qualitativa e centradas nas percepções de professores e de gestores escolares, com base em experiências em escolas-piloto. Embora esses estudos tenham contribuído para compreender o processo inicial de implementação do novo modelo de Ensino Médio no Rio Grande do Sul, a revisão de literatura realizada aponta para a necessidade de novos caminhos de investigação a serem trilhados. Destaca-se a necessidade de pesquisas que ampliem o escopo temporal e analítico, contemplando os impactos de médio e longo prazo da Reforma na trajetória educacional dos estudantes, particularmente no acesso ao Ensino Superior, bem como de investigações que examinem como os professores reinterpretam ou ressignificam o currículo prescrito no cotidiano escolar. Todavia, permanecem pouco explorados os efeitos da Reforma em escolas que não participaram do projeto piloto e em diferentes áreas do conhecimento, o que indica a necessidade de diversificação dos contextos e objetos de análise.

Conclusão

Discutir a implementação da Reforma do Ensino Médio no estado do Rio Grande do Sul a partir de uma revisão sistemática da literatura possibilitou construir um panorama analítico sobre como essa política educacional vem sendo interpretada, problematizada e tensionada no campo acadêmico. Ao sintetizar as produções desenvolvidas entre 2020 e 2024, este estudo buscou dialogar com um conjunto diversificado de pesquisas que, embora partam de contextos

e abordagens distintas, revelam convergências significativas quanto aos sentidos atribuídos à Reforma no âmbito da rede pública estadual.

De modo geral, a literatura analisada aponta que a implementação da Reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul tem sido marcada por um processo centralizado, autoritário e com limitada participação efetiva de professores e estudantes, o que contrasta com o discurso oficial de protagonismo juvenil e autonomia escolar. A revisão aponta que a promessa de flexibilização curricular se materializou, em grande medida, como uma pseudo-flexibilização, caracterizada pela padronização dos itinerários formativos e pela redução do espaço de decisão das escolas e dos docentes.

Outro eixo fortemente recorrente nos estudos refere-se ao avanço da lógica mercantil e privatizante no interior da política curricular, seja por meio da ampliação de parcerias com o setor privado, da valorização de componentes voltados ao mercado de trabalho e ao empreendedorismo, ou da precarização das condições de trabalho docente. Nesse sentido, a produção acadêmica converge ao indicar que a Reforma tende a reforçar uma concepção utilitarista de educação, orientada pela formação de força de trabalho, em detrimento de uma formação crítica, o que aprofunda desigualdades históricas entre a educação pública e privada.

A revisão também aborda que, embora existam variações na forma como a política é apropriada nos diferentes contextos escolares, essas reinterpretações não têm sido suficientes para alterar a lógica central da Reforma, especialmente no que se refere ao estreitamento curricular, à perda de autonomia docente e à intensificação do controle sobre o trabalho pedagógico. Ainda assim, alguns estudos apontam experiências localizadas que revelam tensões, resistências e tentativas de ressignificação do currículo prescrito, o que indica que o campo permanece em disputa.

Os resultados aqui sistematizados reforçam interpretações presentes na literatura nacional. Conforme discutem Motta e Frigotto (2017), Ramos e Frigotto (2017) e Silva (2018), as alterações trazidas pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) vão além da reestruturação da organização curricular, pois refletem também disputas em torno das finalidades da educação pública, da formação da juventude e das relações entre educação e mercado de trabalho. Nesse sentido, os indícios apurados no cenário gaúcho sustentam discussões mais amplas sobre a flexibilização do currículo, a ênfase nas competências, o aumento dos mecanismos de regulação das políticas curriculares e a diminuição da autonomia tanto das escolas quanto dos professores. Portanto, ainda que a realidade gaúcha seja o foco deste estudo, seus resultados mostram que muitos dos desafios encontrados seguem tendências que se observam em todo o país, o que

contribui para uma maior compreensão dos processos de implementação da Reforma do Ensino Médio em território nacional.

Por fim, reconhece-se que esta revisão apresenta limitações inerentes aos critérios de busca, às bases de dados selecionadas e ao recorte temporal adotado. Ainda assim, entende-se que o estudo oferece uma síntese consistente da produção acadêmica recente sobre a Reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul e contribui para a qualificação do debate e para a identificação de agendas de pesquisa futuras. Diante do caráter ainda em curso dessa política educacional, reforça-se a importância de novas revisões e investigações que acompanhem seus desdobramentos e aprofundem a análise crítica sobre seus efeitos nas escolas públicas e na formação dos estudantes.

Referências

AFFELDT, Geovana Rosa. **A atuação dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio na Escola Tuiuti**. 2024. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/279300/001211996.pdf?sequence=1. Acesso em: 26 jan. 2025.

BAIRROS, Mariângela Silveira; MARCHAND, Patrícia Souza; ROCHA, Débora Brondani da. Levantamento sobre o avanço do setor privado na oferta de educação profissional técnica de nível médio no estado do Rio Grande do Sul. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 29, n. 132, p. 1-22, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.14507/epaa.29.5891. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Exposição de Motivos nº 00084/2016/MEC**, de 15 de setembro de 2016. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-746-16.pdf. Acesso em: 8 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 22 nov.

2018, p. 21-24. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file. Acesso em: 15 maio 2024.

RASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 1º ago. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

CARDOSO, Shirley Sheila. **O conhecimento escolar nas políticas curriculares para o ensino médio: o referencial curricular gaúcho em questão**. 2023. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2023. Disponível em: https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/12604. Acesso em: 24 jul. 2024.

CENTENARO, Junior Bufon. **Da Lei nº 13.415/2017 ao Referencial Curricular Gaúcho do Novo Ensino Médio: processos de recontextualização**. 2023. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2023. Disponível em: http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/2575. Acesso em: 24 jul. 2024.

CHAGAS, Ângela Both. **O poder de decisão da escola pública estadual do Rio Grande do Sul no campo da política educacional: análise a partir do "Novo" Ensino Médio**. 2024. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/277447. Acesso em: 24 jan. 2025.

EICHNER, Ânthony Scapin. **"Novo" Ensino Médio e trabalho pedagógico na rede estadual do Rio Grande do Sul: impactos na formação da força de trabalho no Brasil**. 2023. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/29241/DIS_PPGEDUCA%C3%87%C3%83O_2023_EICHNER_%C3%82NTHONY.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 jan. 2025.

EICHNER, Ânthony Scapin; CORREA, Marcos Britto; FERREIRA, Liliana Soares. Reforma do Ensino Médio no Rio Grande do Sul e a superexploração da força de trabalho: a continuidade, apesar das aparências. **Revista Diálogo Educacional**, v. 23, n. 79, p. 1599-1613, 2023. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/30521. Acesso em: 24 jul. 2024.

FEUERHARMEL, Lilian Dalbem de Souza. **Autonomia e regulação da escola: uma análise a partir de escolas-piloto do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul**. 2022. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2022. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3452/1/Lilian%20Dalbem%20de%20Souza%20Feuerharmel.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

HOMEM, Luciane Flores. **Políticas sobre o currículo do Novo Ensino Médio: desdobramentos e efeitos de um projeto piloto em uma Escola Estadual (RS)**. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022. Disponível em: https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/11473. Acesso em: 24 jul. 2024.

KUHN, Simone Santos. **A Reforma do Ensino Médio e suas implicações para a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul e para a Educação Física nesse contexto: um estudo de caso**. 2021. 280 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/258648. Acesso em: 24 jul. 2024.

LIMA, Bianca Maria de. **O Novo Ensino Médio numa escola piloto (2019-2022): análise na área de Ciências da Natureza**. 2023. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2023. Disponível em: https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/8381?locale=pt_BR. Acesso em: 24 jul. 2024.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 355-372, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDktk/abstract/?lang=pt. Acesso em: 25 jun. 2026.

MUCH, Liane Nair. **Desafios e possibilidades para a implementação do Novo Ensino Médio em escolas públicas da região de Santa Maria/RS**. 2021. 284 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23606. Acesso em: 24 jul. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. "Resistir é preciso, fazer não é preciso": as contrarreformas do ensino médio no Brasil. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 19, n. 46, p. 26-47, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/educacao/pt_BR/article/view/19329. Acesso em: 25 jun. 2026.

RODRIGUES, Zeneida Corrêa. **O Novo Ensino Médio e o Noturno: desafios em uma escola estadual periférica de Sant'Ana do Livramento/RS**. 2023. 103 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2023. Disponível em: https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/9001. Acesso em: 25 jan. 2025.

ROSA, Pedro Ricardo Camargo da. **"Velho" Novo Ensino Médio (NEM): Contextos da Influência e da Produção do Texto da Política**. 2023. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2023. Disponível em: https://repositorio.unipampa.edu.br/handle/riu/8625. Acesso em: 24 jul. 2024.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? *In*: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 16-35.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

SARAIVA, Mateus; CHAGAS, Ângela; LUCE, Maria Beatriz. Não está calado quem peleia: debate sobre o ensino médio no Rio Grande do Sul. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 419-442, 2022. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1544. Acesso em: 24 jul. 2024.

SILVA, Mônica Ribeiro da. Currículo, ensino médio e BNCC - Um cenário de disputas. **Revista Retratos da Escola**, v. 9, n. 17, p. 367-379, 2015. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/586/660. Acesso em: 03 jul. 2024.

SILVA, Mônica Ribeiro da. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, v. 34, n. 1, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e214130.pdf. Acesso em: 25 jun. 2026.

SILVA, Simone Gonçalves da; HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Políticas curriculares para a formação docente e a fabricação da docência gerencialista. **Revista Textura**, v. 24, n. 59, p. 78-101, 2022. Disponível em: http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/7288. Acesso em: 30 jun. 2024.

SILVEIRA, Éder da Silva. Processos de recontextualização do Novo Ensino Médio no Rio Grande do Sul. **Educação & Sociedade**, v. 45, n. 1, p. 1-21, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.267191. Acesso em: 24 jul. 2024.

SOBRE OS AUTORES

Luís Gabriel Favaretto Matté. Mestre em Ensino de Matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da rede estadual do Rio Grande do Sul e da Escola de Educação Básica da URI Erechim. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/4986047730843384
Elisabete Zardo Búrigo. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/0813705231998657

Como citar

MATTÉ, Luís Gabriel Favaretto; BÚRIGO, Elisabete Zardo. A Reforma do Ensino Médio na rede estadual do Rio Grande do Sul: produções no período 2020-2024. **Revista Espaço do Currículo**, Pré-publicação/Ahead of Print (AOP), e77918, 2026.